

Geografia Urbana, inicial. Primeiro ensaio de aproximação bibliográfica

Ruan Villas Boas¹ André Souza Martinello²
Marjori Majolo³ Vanessa Pichinatti⁴

¹ Graduando (Geografia-UDESC); ruan.santana@edu.br

² Professor (DGEO-UDESC); andre.martinello@udesc.br

³ Graduanda (Geografia-UFSC); marjmajolo@gmail.com

⁴ Graduanda (Geografia-UDESC); vanessa.pdr@edu.udesc.br

Introdução

O reaparecimento das cidades durante a modernidade está profundamente ligado à expansão do capitalismo, especialmente a partir da Revolução Industrial. Embora, reapareça diferente de outrora, pois, antes da modernidade, as cidades caracterizavam-se mais como centros comerciais ou administrativos, de limitada abrangência espacial. A economia, mesmo a citadina, caracterizava-se pelo domínio agrário. As cidades europeias medievais eram marcadas por um crescimento restrito, com a maior parte da população vivendo em áreas rurais, dedicadas à agricultura. As cidades tinham papel importante, funcionando mais como entrepostos, centros administrativos e religiosos, sem concentração econômica e das funcionalidades que viriam ser requeridas com o advento do capitalismo industrial. O presente ensaio é um exercício inicial, de aproximação de reflexão a respeito do urbano, a partir das contribuições de Spósito (1998) e Corrêa (1995).

Metodologia - Caráter Urbano da Modernidade nas cidades sob o Capitalismo

A partir do final do século XVIII, a Revolução Industrial marca uma mudança significativa. Spósito (1998) argumentou como esse processo não se originou apenas das invenções técnicas, como a máquina a vapor, mas de transformações profundas no modo de produção: “A predominância do trabalho assalariado e, por outro lado, o controle, cada vez mais definitivo, da produção pelo capital, dão ao desenvolvimento capitalista um novo rumo.” (Spósito, 1998, p.47). Um caráter próprio do fato urbano emerge incondicionalmente com a modernidade. Tanto o caráter quanto a intensidade da urbanização modificam-se, radicalmente, a partir do alto grau de desenvolvimento técnico que desdobrou da Revolução Industrial. (Spósito, 1998, p.48).

Essas observações da geógrafa reafirmam que a urbanização moderna não é um fenômeno espontâneo ou meramente técnico, mas vinculado profundamente à lógica de

produção espacial capitalista. O crescimento das cidades, impulsionado pela concentração de indústrias, pela busca por mão de obra e por adensamento do espaço urbano, passou a refletir as características sociais próprias desse modelo.

Com o aumento da população urbana e rápida expansão das cidades, a urbanização também foi acompanhada por uma série de problemas, desde superlotação e precárias condições de vida. O aparecimento da indústria e a mecanização da produção, refaz a estruturação econômica, com profunda reconfiguração dos espaços que vão sendo incorporados pela lógica de produção urbana-capitalista. As fábricas, localizadas principalmente nos centros urbanos, passaram a exigir grandes contingentes de trabalhadores, o que impulsionou o êxodo rural e promoveu uma rápida urbanização. As cidades começaram a crescer em tamanho, densidade e complexidade, tornando-se o epicentro da vida social, econômica e cultural. Esse processo foi especialmente destacado em cidades como Londres, Paris e Nova Iorque, que se consolidaram como grandes metrópoles industriais e financeiras. A dinâmica industrial da configuração urbana trouxe aspectos produtivos ao espaço das cidades, junto de conflito e luta social, inclusive, pela presença dos trabalhadores organizados.

O capitalismo, enquanto sistema econômico, transformou radicalmente o caráter urbano das cidades. E, na fase inicial da industrialização, as cidades se tornaram espaços de produção em massa, com uma segmentação de classes como parte da hierarquização dos espaços (a divisão social do espaço em classes sociais). A classe trabalhadora, concentrada em bairros operários, vivia em condições precárias, enquanto a burguesia, e emergentes sediavam-se em áreas de infraestrutura e serviços. As cidades passaram a exercer centralidade de produção e circulação de mercadorias, mais também locais de acentuadas desigualdades sociais, edificadas a partir da lógica do capital. A infraestrutura urbana, como transporte e habitação, foi moldada para atender ao crescimento capitalista.

À medida que o capitalismo “evoluiu”, passando do industrial para o capitalismo financeiro e de consumo no século XX, as cidades também se transformaram, deixaram de ser apenas espaços de produção para se tornarem grandes mercados de consumo, *shoppings*, avenidas comerciais, centros de lazer e serviços passando a configurar o espaço urbano. Atender às demandas da sociedade de consumo, as cidades, então, tornaram-se não apenas locais de trabalho, mas também de moradia, lazer e

entretenimento, evidenciando a centralidade do capital na modelagem dos espaços urbanos e no acesso a tais espaços como se mercadorias. O processo de urbanização capitalista gerou um fenômeno conhecido como segregação socioespacial, onde o espaço urbano passa se organizar de acordo com a capacidade de consumo das diferentes classes sociais. Zonas nobres, geralmente bem servidas de infraestrutura, coexistem com periferias empobrecidas, onde escasseiam serviços de toda ordem. Esse “padrão de desenvolvimento urbano”, iniciado na modernidade, permaneceria até os dias atuais.

Com a urbanização, a vida cultural também se transformou. A cidade moderna se torna um espaço de intercâmbio cultural, onde novas ideias e práticas sociais emergem, destacando como “a sociabilidade urbana é fundamental para a formação de identidades e movimentos sociais” (Sposito, 1998, p.102). O caráter urbanizador das cidades pós-idade média, é uma alteração substancial no Ocidente, tanto quanto as cidades contemporâneas também são reflexo do capitalismo, em que, convivem as diferentes estruturas de desigualdades. Embora, as cidades não sejam, apenas, centros econômicos, mas também locais de resistência e luta por direitos. Continuamos a seguir, a discussão a partir do pequeno e clássico de Roberto Lobato Corrêa (1995), *O espaço urbano*, obra introdutória e fundamental, para compreensão da produção social das cidades.

Resultados e Discussões: o Espaço Urbano

Roberto Lobato Corrêa (1995) define, no pequeno livro *O Espaço Urbano*, como uma construção social resultante da interação de diversas forças econômicas, sociais, políticas e culturais formulam o espaço urbano. O autor aponta que o espaço urbano deve ser entendido como “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 1995, p.08). Espaço não seria estático, ou seja, está em constante transformação, moldado pelos interesses e dinâmicas sociais que nele atuam. As cidades seriam também expressão das relações de poder e de produção: “a cidade capitalista é fortemente dividida em áreas residenciais segregadas” (CORRÊA, 1995, p.06). Os grupos mais privilegiados tendem a ocupar as áreas mais valorizadas, enquanto os marginalizados são relegados às periferias ou zonas menos favorecidas.

O conceito de espaço urbano envolveria combinação de elementos que se manifestam nas cidades. Simplificadamente, pode ser entendido como: “o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1995, p.05). O espaço urbano é também “resultado da ação de diferentes agentes sociais que fazem e refazem a cidade” (CORRÊA, 1995, p.02), como os proprietários de terra, promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Outro aspecto essencial na compreensão do espaço geográfico urbano é o de centralidade, que se refere à concentração de atividades e serviços em áreas estratégicas. Corrêa destaca que “concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos” (CORRÊA, 1995, p.37). Nessas áreas centrais, “as empresas passam a dispor de externalidades, seja decorrente da acessibilidade, seja do fato de estarem juntas, gerando economias de aglomeração” (CORRÊA, 1995, p.39). Mas, essa concentração também pode acentuar desigualdades espaciais. Exemplo poderia ser observado no Rio de Janeiro quando: “houve concentração de recursos em água e esgoto na Zona Sul carioca durante a década de 1970” (CORRÊA, 1995, p.25), em detrimento de outras regiões urbanas.

O espaço urbano, portanto, deve ser compreendido como um sistema complexo, no qual diversos elementos interagem continuamente. Até produto das relações sociais acumuladas historicamente, pois “as relações espaciais são de natureza social, tendo como matriz a própria sociedade de classes e seus processos” (CORRÊA, 1995, p.06). Essas relações informam como o espaço é utilizado, por quem e com quais finalidades.

Além disso, o urbano também é um espaço de conflito. É nele que se manifestam disputas por terra, moradia, mobilidade e acesso aos serviços públicos. A segregação residencial é “uma expressão espacial das classes sociais” (CORRÊA, 1995, p.60), reforçada por processos como a renovação urbana — observada “via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro” (CORRÊA, 1995, p.26). A ação do capital na produção do espaço urbano, por meio da valorização seletiva de determinadas áreas, contribui para a manutenção de um modelo urbano excludente e desigual.

Essas dinâmicas demonstram como a análise de Corrêa (1995) pode convergir com reflexões críticas sobre a urbanização no capitalismo, tal como a proposta por

Sposito (1998), ao apontar que a cidade além de centro de produção econômica, também é reprodutora das desigualdades sociais, onde convivem e contrastam riqueza e pobreza.

Considerando, finalmente: a especulação como valor do espaço

O ensaio comparativo das duas obras aqui mobilizadas, ambas escritas originalmente no final do século XX, propuseram análises do urbano dentro de esquemas gerais de compreensão do capitalismo. Tais manuais continuam sendo interessantes ponto de partidas por reflexões críticas que assumem e nos permitem associar, por exemplo, sobre especulação imobiliária, o encarecimento da moradia e do preço da terra, fenômeno que se intensifica e permanece como um dos principais agentes do espaço urbano. Como àqueles processos que se manifestam quando investidores adquirem terrenos ou imóveis com a expectativa de valorização futura, levando a alterações significativas na uso e configuração do espaço. Já em cidades turísticas, a especulação se torna agente modelagem do espaço capitalista, especialmente em função do fluxo populacional e das demandas dos empreendimentos turísticos, que tendem encarecer o preço da moradia.

A pressão por imóveis de uso turísticos em determinadas regiões de Florianópolis, por exemplo, não apenas eleva aos preços, mas também transforma o caráter dessas comunidades, antes acessíveis. A rápida introdução de novos empreendimentos, que buscam atender plataformas de locação por temporada, muitas vezes, resultando numa lógica de urbanização de investidores e de habitação cara. A especulação imobiliária acentua a exclusão social; famílias de baixa renda são empurradas para a buscarem moradia na periferia, ou seja, distantes das melhores infraestruturas urbanas, distantes das melhores oportunidades de emprego e serviços.

A análise da especulação imobiliária revela ainda um fenômeno de tentativa de *gentrificação*, onde comunidades são transformadas por investimentos que priorizam um público de maior poder aquisitivo. O planejamento urbano deve ser orientado por princípios que garantam a inclusão social, a proteção ambiental e a preservação dos destinos das comunidades. Medidas como a regulamentação da construção, a criação de habitação acessível e a revitalização de áreas degradadas podem ajudar a equilibrar o crescimento urbano, buscando que beneficie a população e preserve a qualidade de vida



44ª SEMAGEO
Semana de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina
26,27,28 e 31 de maio de 2025



nas cidades. Uma abordagem crítica e proativa frente à especulação imobiliária é essencial para moldar cidades que sejam não apenas lucrativas, mas também justas e sustentáveis, e que garanta o direito básico à moradia digna e qualidade de vida. Começar por revisar literatura básica desses temas, pode ser um bom começo, como aqui proposto.

Palavras-chave: Urbano no capitalismo; Urbanização e desigualdade; Reflexão crítica da cidade.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Hucitec, 1998.